



## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: FRIGORÍFICO R&M LTDA (Ex Frigorífico Uberaba/FRIGOBOM)	RECURSO
PROCESSO Nº 163/1986/007/2004	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1687/2004	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: MÉDIO	

## I – RELATÓRIO

O Frigorífico R&M LTDA foi autuado em 04.08.2004 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves: (...)

2. *descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;*

O autuado apresentou Defesa tempestiva. Em razão da autuação, foi aplicada, em 08.11.2006, pela Diretoria e Monitoramento e Fiscalização Ambiental, penalidade de multa, no valor de R\$ 21.282,00.

O autuado apresentou pedido de Reconsideração. A Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental indeferiu o pedido com manutenção da multa no valor de R\$ 21.282,00. O autuado apresentou Recurso tempestivo.

## II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “descumprir condicionantes formuladas por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitorização ou equivalentes, providas na Licença de Operação, não sendo constatada a existência de poluição ou degradação ambiental no momento da vistoria. Foram descumpridos os itens 02 (implantação do sistema de compostagem de resíduos orgânicos), 04 (implantação dos aeradores na lagoa de ETE), 05 (implantação de sistema de caldeira de 6TON/H de vapor), e 07 (execução dos programas de automonitoramento dos efluentes líquidos, emissões atmosféricas e de acompanhamento dos resíduos sólidos).” (fl.04)

No Recurso a autuada alega, em síntese, que:

- A empresa dispõe de forma adequada os resíduos das esterqueiras, mesmo não tendo implementado o sistema de compostagem.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



- Os aeradores já foram implementados, dentro do prazo concedido.
- O sistema de controle de emissões atmosféricas da caldeira não foi instalado pois esta encontra-se desativada, desde antes da data da vistoria.
- Os programas de automonitorização são realizados e encaminhados a FEAM regularmente.
- As irregularidades não trouxeram conseqüências para a saúde pública, meio ambiente e recursos hídricos.
- O autuado colaborou com os órgãos ambientais para a solução dos problemas;
- Requer assinatura de Termo de Compromisso, com redução de 50% do valor da multa.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Os argumentos apresentados pelo autuado não são capazes de desconfigurar a infração aqui analisada, em especial, não demonstram o cumprimento das condicionantes nº 2, 4, e 5 da Licença de Operação no momento da autuação.

Compulsando os autos, inclusive, se verifica que o Recurso interposto é mera transcrição do Pedido de Reconsideração. Isto posto, não há novos argumentos capazes de modificar o posicionamento dessa Procuradoria.

Em relação ao pedido de assinatura de Termo de Compromisso, não procede o pedido do autuado, vez que o fato gerador da aplicação das penalidades foi o descumprimento das condicionantes da Licença de Operação.

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do recurso, mantida a multa aplicada no valor de 21.282,00, por ser mais benéfica ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: